

# **O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REGIÃO NORTE DO RS.**

Maria de Fátima Marques

**Resumo:** A realidade de cada educando deficiente é única. Não há existem critérios universais de como deve ser o ensino para com os alunos com deficiência. O educador necessita observar, perguntar, analisar e ouvir para entender as necessidades de cada aluno. Este estudo tem por objetivo analisar, em alguns aspectos, como ocorre o processo de inclusão dos alunos com deficiência em uma Escola Municipal de Educação Infantil, na região norte do Estado do Rio Grande Sul, a partir das concepções das gestoras e professoras da instituição sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular e quais as metodologias que empregam para a promoção das aprendizagens do aluno com deficiência. A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório descritivo sob a forma de um estudo de caso. Quanto aos resultados, tanto as professoras como as gestoras, têm bem claro os conceitos teóricos, porém na prática, sentem a necessidade de aprimorar os conhecimentos a respeito das metodologias a serem empregadas, para que de fato, seja efetivada a inclusão, e também, identificou-se a necessidade de suporte especializado.

**Palavras-chave:** inclusão; aprendizagem; aluno; professoras; apoio especializado.

**Abstract:** The reality of each deficient student is unique. There are no universal criteria for how it should be for teaching with students with disabilities. The educator must observe, ask, analyze to understand the needs of each student. This study aims to examine, in some respects, as in the process of inclusion of students with disabilities in a Municipal School of Early Childhood Education in the northern region of Rio Grande do Sul, from the views of management and teachers of the institution on the inclusion of people with disabilities in regular schools and what methodologies they employ to promote the learning of students with disabilities. The methodology used it is a qualitative, descriptive exploratory nature in the form of a case study. As for the results, both the teachers and the management, have made clear the theoretical concepts, but in practice, they feel the need to improve the knowledge about the methodologies to be employed, so that in fact, the inclusion becomes effective, and also, it identified the need for specialized support.

**Keywords:** inclusion; learning; student; teachers; specialized support.

## **1 INTRODUÇÃO**

A inclusão escolar inicia na Educação Infantil. É um avanço tanto para os pais como para as crianças com deficiência, é um desafio para as escolas, pois é o primeiro contato dos educandos com necessidades educacionais especiais com o contexto escolar. Os pais com filhos com deficiência se sentem satisfeitos em matriculá-los em uma escola, mas se observa a angústia, preocupação e dúvidas dos profissionais em atender as crianças com algum tipo de necessidade especial. Os educandos inclusos demonstram especificidades que exigem um trabalho diferenciado, pois esses alunos apresentam maior dependência em relação aos educadores, eles estão se desenvolvendo em diversas áreas cognitiva, afetiva, física e intelectual.

Desta forma se justifica a escolha do tema como maneira de entender o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular, diante de uma sociedade que busca rever preconceitos, revisar valores e procurar novos paradigmas diante de uma educação para todos, em um sistema de igualdade e equidade.

É importante verificar a prática existente e as condições necessárias de aprendizagem, proporcionando atendimento apropriado para o desenvolvimento integral das potencialidades na escolarização dos educandos e, preferencialmente, observar se a inclusão está proporcionando a aprendizagem. Assim a análise do papel do educando diante dos desafios encontrados é incluir a todos no meio. A escola precisa preparar o aluno para viver em meio a diversidade, lhes mostrando que todos são diferentes.

Este estudo tem como objetivo analisar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com deficiência em uma EMEI na região norte do Estado do Rio Grande Sul, a partir das concepções das gestoras e professoras da instituição sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular e quais as metodologias que empregam para a promoção das aprendizagens do aluno com deficiência.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A educação infantil e sua relação com a inclusão**

A Educação Infantil, por muito tempo foi mais associada à extensão do lar da criança, do que entendida como uma etapa da educação formal. Segundo a Política Nacional de Educação Infantil (2006) que nas décadas de 1970 e 1980, o processo de urbanização do país,

cada vez mais intenso, somando a uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e à pressão dos movimentos sociais, levou a uma expansão do atendimento educacional, principalmente às crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, verificando-se também, na década de 1980, uma expansão significativa na educação de crianças de 0 aos 3 anos. De acordo com a Política nacional de Educação Infantil, a pressão da demanda de carências e a insuficiência de recursos financeiros levaram as instituições de Educação Infantil a se expandirem “fora” dos sistemas de ensino. Difundiram-se “formas alternativas de atendimento” onde inexistiam critérios básicos relativos à infraestrutura e à escolaridade das pessoas que lidavam diretamente com as crianças, em geral mulheres, sem formação específica, chamadas de pajens, babás, auxiliares entre outras.

Sendo assim, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que tem como finalidade integral de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas, compreendendo os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais. Nos Referenciais Curriculares Nacional de Educação Infantil (1998) está designado às creches o atendimento para crianças de 0 a 3 anos, podendo se estender até quatro anos e meio em alguns municípios quando for necessário.

As creches oferecem uma relação entre educadores e crianças e crianças entre si, com a ausência de laços familiares ou parentesco, diferenciando o tratamento recebido em casa. Assim, a creche é entendida com instituição educativo-profissional, tornando-se o primeiro local em que a criança vivência situações de inclusão (Brasil, 1998). Sendo um ambiente comum a todas as crianças que são designadas a salas conforme sua idade, dessa forma crianças de zero a um ano e meio ficam no berçário. A partir de um ano e meio até os três anos frequentam o maternal I e as crianças de três aos quatro anos e meio correspondem ao maternal II.

De acordo com os RCN's (1998) esse remanejamento precisa ser gradativo, porque “as crianças pequenas (...) constroem vínculo afetivo com o adulto de referência, a base sobre a qual vão se sentir seguras para explorar o ambiente e se relacionar com novas pessoas” (RCN's, 1998, p. 83).

Veiga Neto (2007) ao insistir sobre o papel da escola na configuração da Modernidade, afirma que mais do que qualquer outra instituição, a escola encarregou-se de operar as individualizações disciplinares, engendrando novas subjetividades, e com isso, cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade moderna. A escola comum diante da deficiência intelectual e\ ou múltipla se sente desafiada no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular. O educando possui características próprias para lidar

com o saber e a construção do conhecimento é individual e intransferível e não cabem padrões de modelos idealizados ( Veiga Neto, 2007). Ao adaptar currículos, selecionar atividades e formular provas diferentes para alunos com deficiência e ou dificuldade de aprender, o professor interfere de fora, submetendo os alunos ao que supõe que eles sejam capazes de aprender; ensinar é um coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento (Gomes, 2007).

Segundo Fischer (2003), é possível excluir pela forma como se olha, como se pensa, como se fala, como se age ou como se deixa agir. Ainda seguindo o mesmo autor, uma nova sala de aula, com novos educadores e crianças é uma experiência que gera sentimentos diferentes na criança. Nesse período de adaptação na turma nova a criança pode transparecer insatisfação, medo angústia, ansiedade e muitas vezes chora, briga, faz birra e demonstra através de brincadeiras isoladas, retraindo-se quando necessário interagir.

As emoções exprimem e fixam para o próprio sujeito, através do jogo de atitudes determinadas, certas disposições específicas de sua sensibilidade. Porém elas só serão o ponto de partida da consciência pessoal do sujeito por intermédio do grupo, no qual elas começam por fundi-lo e do qual receberá as fórmulas diferenciadas de ação e os instrumentos intelectuais, sem os quais lhe seria impossível efetuar as distinções e classificações necessárias ao conhecimento das coisas e de si mesmo. (Wallon, 1986, p. 64)

Para Forest e Pearpoint (1997) incluir significa convidar aquelas que (de alguma forma) tem esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar o nosso sistema e que encorajem todas as pessoas a participarem da completude de suas capacidades – como companheiros e como membros. Segundo Mittler (2003) a Inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Esse conceito de inclusão do autor envolve uma reflexão sobre a filosofia político pedagógica da escola e na prática dos professores.

Assim, uma escola que pretende ser inclusiva tem que passar por inúmeras transformações para que se consiga englobar um número maior de indivíduos no seu ambiente. Essas transformações passam pelo âmbito físico, curricular e relacional.

Nas palavras de Oliveira e Glat:

As adaptações de acessibilidade ao currículo referem-se à eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, sendo pré-requisitos para que o aluno possa frequentar a escola regular com autonomia, participando de atividades acadêmicas propostas para os demais alunos. Estas incluem as condições físicas, materiais e de

comunicação, como por exemplo, rampas de acesso e banheiros adaptados, apoio de intérpretes de Libras e/ou capacitação do professor e demais colegas, transição de textos para o Braille e outros recursos pedagógicos adaptados para deficientes visuais, uso de comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral ou dificuldades de expressão oral, etc. ( 2003, p. 4 )

Seguindo o mesmo autor, muitas escolas imaginam que incluir portadores de deficiência é somente atender alunos com deficiência física ou com pequeno déficit cognitivo ou de comunicação. Porém, esquecem de que a inclusão foi pensada para atender a todos, incluindo os alunos mais comprometidos tanto no cognitivo, na comunicação e portadores de graves distúrbios de conduta.

(...) a instituição escolar passa a ser alvo de questionamentos e de conflitos, provavelmente, por expor a diversidade e o compartilhamento de interesses, contradições, expectativas e identidades. Muitas são as ansiedades que movimentam as transformações em busca do que se julga ser o ideal, correspondendo às necessidades específicas de todos. (Oliveira ; Glat, 2003, p. 2)

Ao se falar em adaptações curriculares, de acordo o MEC (Resolução CNE/CEB 02/2001), é preciso levar em conta o projeto político pedagógico, as adaptações referentes às atividades e as adaptações individuais para o atendimento a cada aluno.

Desta forma, o projeto político pedagógico deve ser pensado de maneira a atender a todos os alunos, focando a organização escolar e seus serviços de apoio, garantindo que todos possam atingir o mesmo objetivo dentro da sala de aula. As adaptações nas atividades são pensadas de modo que todos possam participar e colaborar, com atividades que oportunize maior integração entre os alunos, onde não haja competição entre eles e sim do aluno com ele mesmo, procurando romper os limites e tendo em seus colegas uma fonte de apoio para realizar as atividades propostas ( Oliveira; Glat, 2003).

Ao se falar em adaptações individuais são as que têm o foco na atuação do professor em relação a cada aluno, no que relaciona à avaliação e ao método do mesmo vai utilizar para trabalhar com o aluno. O aluno incluído na escola regular necessita de apoio especializado. Esse atendimento não substitui o professor regular e sim cumprirá o papel de melhora na comunicação entre professor/aluno e aluno/aluno e trazer para a escola todas as adaptações necessárias. Isto posto,

a mudança de paradigma está no papel que o especialista exerce. Na escola inclusiva, ele atua como suporte para o professor regular, e não em substituição a este: aprendizado tem que ocorrer na classe com todos os demais; caso contrário, não estamos lidando com um modelo inclusivo. (Oliveira; Glat, 2003, p. 7)

As adaptações realizadas no currículo escolar, tanto as físicas como as atitudinais, devem ser realizadas de forma integral. É necessário que todas as partes funcionem, pois se não for feita a instituição não estará incluindo todos os educandos no ambiente escolar. Para que todos sejam incluídos é preciso que a escola leve em conta a individualidade de cada um dos seus alunos, refletindo sempre num objetivo geral, no entanto sem esquecer que não somos todos iguais e, por isso, a aprendizagem ocorre em tempos diferentes e necessidades educativas diferentes (Oliveira; Glat, 2003).

## **2.2 A educação inclusiva e a formação do professor**

A realidade de cada educando deficiente é única e não existem critérios gerais de como deve ser o ensino. O educador necessita observar, perguntar, analisar e ouvir para entender as necessidades de cada aluno, os seus sentimentos e seus pontos de vista, sempre estando atento às relações estabelecidas com os demais colegas nos momentos de atividade e de recreação. O educador também precisa observar as ações dos colegas diante dos alunos com deficiência que é um fator decisivo para a inclusão social (Sousa, 2012).

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (Mendes, 2004)

Conforme Sousa (2012) as práticas pedagógicas advindas da política da inclusão escolar, inclusive as práticas pedagógicas dos professores de classe comum com alunos com necessidades educacionais especiais, são ainda recentes no nosso país. Neste sentido, é interessante que estas práticas possam ser avaliadas e monitoradas, para que possamos socializar indicadores de sucesso e também os problemas encontrados. Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (Mendes, 2004).

O professor precisa se abrir para o novo, pensar, produzir seu saber. A postura que os professores podem assumir frente ao novo, ao aprender, identifica diferentes modos de pensar a profissão, ela pode ser entendida como uma constante aprendizagem, parte de um movimento permanente de busca. Nesse sentido, Ferreira (2003) coloca que "a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente

de sua inconclusão num permanente movimento de busca".

É preciso considerar dentro da proposta da educação Inclusiva na Educação Infantil, a diminuição do número de alunos por sala, de modo que facilite a interação dos seus membros e o atendimento as especialidades de cada um. Estudos realizados comprovam que a limitação de crianças por sala é fundamental para a qualidade e desenvolvimento dos alunos com deficiência realizarem as atividades educativas diferenciadas ( Freller et al, 2008). Ainda seguindo os mesmos autores (2008) o número máximo de alunos varia de quinze, para a Educação Infantil, até vinte e cinco no Ensino Fundamental, limitar o número de crianças deficientes em cada grupo é importante porque esse percentual possibilita uma avaliação individualizada dos professores.

Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2002), é proposto que a distribuição dos alunos deficientes ocorra pelas diversas classes do ano escolar onde estes forem classificados não ultrapassando 15% do total da sala. É importante também ressaltar que os alunos com deficiências semelhantes devem ser agrupados, de preferência, em grupos diversificados evitando assim a formação de subgrupos dentro da sala de aula, deixando de interagir com o restante da classe.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de caso, com abordagem qualitativa e enfoque exploratório (Yin, 2005). A pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto e do problema de pesquisa (Malhotra et al. 2005). Conforme Creswell (2007) a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo exploratória, onde a mesma é utilizada com a finalidade de explorar um tópico quando suas variáveis e bases teóricas são desconhecidas.

Os meios de investigação utilizados para a coleta de dados abrangeu um questionário semiestruturado, adaptado de Gonzaga (2010) e também, observações diretas *in loco*. Para tanto, foram distribuídos questionários para todas as onze professoras, para a diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica, sendo que das professoras só retornou oito. As entrevistas ocorreram no mês de setembro de 2015. Para o processo de análise e interpretação, as repostas foram transcritas e posteriormente conferidas como forma de proporcionar precisão, fidelidade e interpretação dos dados. As repostas foram analisadas

separadamente. Primeiramente são apresentadas as respostas das professoras e posteriormente as respostas da equipe diretiva.

O método utilizado para a análise e interpretação dos dados coletados, foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) que se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos e permitem a apreciação das comunicações e fornecem informações suplementares.

## **4 ORGANIZAÇÃO ESTUDADA**

### **4.1 Contexto da pesquisa**

A instituição de ensino analisada iniciou suas atividades no mês de setembro de 2012, completando então, três anos de fundação. Conta com onze professores, uma diretora, uma vice-diretora e uma coordenadora pedagógica. Possui cinco funcionários que atendem os serviços gerais da escola e nove monitores que auxiliam os professores nas atividades diversas. Possui um total de 140 alunos, divididos em: berçário, maternal e pré-escola. Quanto a estrutura física, é adequada aos parâmetros do MEC, com acessibilidade em 100% dos ambientes. Possui sala da coordenação, sala dos professores, refeitório, sala de jogos, ambiente aberto com brinquedos para lazer das crianças. A EMEI tem vínculo municipal e está situado em um Bairro, de um município localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

## **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **5.1 Respostas das professoras**

Para a análise das respostas determinou-se que será usado PE-1 à PE-9, para Professora Entrevistada.

Através das respostas das professoras entrevistadas, pode-se perceber que todas as nove respondentes já trabalharam em algum momento de suas vidas com crianças com deficiência e no máximo com duas crianças ( PNE) por sala de aula. Sendo que os tipos de deficiências são variados: epilepsia, síndrome de *down*, cadeirante, paralisia, atraso mental. Tendo uma leve repetição de síndrome de *down*, com 3 casos. Das nove entrevistadas,

nenhuma tem formação específica para trabalhar com PNEs e relatam que foram desafiadas, conforme relato da PE-3:

“Não possuímos formação, no começo foi um grande desafio. Pois não sabíamos como agir, pesquisamos sobre o assunto e mantivemos diálogos com colegas que já tiveram alunos com a mesma síndrome” (professora Respondente 3).

A falta de formação a que se referem as professoras talvez seja um indicador de que a formação acadêmica oferecida é insuficiente para atender às demandas educacionais dos alunos com deficiência, implicando a dificuldade de trabalhar pedagogicamente com a diversidade.

Quanto aos recursos utilizados para promover o desenvolvimento do aluno com deficiência, todas responderam que a escola não dispõe de recursos além de banheiros adaptados e outros locais com rampa de acesso. A resposta da PR-1, chama a atenção por estar em contradição com o que colocam Oliveira e Glat (2003) onde o aprendizado tem que ocorrer na classe com todos os demais; caso contrário, não estamos lidando com um modelo inclusivo.

“ não tínhamos muitos recursos na sala regular com vários alunos e uma que atrapalhava a aula, muitas vezes tinha que sair passear com ela, para que a aula continuasse e ela se acalmasse”( Professora Respondente 1).

Em relação a importância do contexto familiar na vida do aluno portador de deficiências, todas as respondentes enfatizam que é de suma importância, pois é neste contato com a família que se pode conhecer o aluno, e assim aprender qual a melhor forma de auxiliar em seu desenvolvimento escolar.

As dificuldades para inclusão apontadas pelas respondentes foram: falta de material pedagógico, aceitação por parte dos colegas (alunos). Teve um apontamento onde a respondente diz que teve dificuldade de aceitar o aluno, corroborando com a fala de Fischer (2003) onde diz que: é possível excluir pela forma como se olha, como se pensa, como se fala, como se age ou como se deixa agir.

## **5.2 Respostas das gestoras**

As gestoras respondentes foram: a diretora, a vice-diretora e a coordenadora pedagógica. Todas estão no cargo há um ano, na escola estudada. Quanto a experiências de trabalho com crianças com deficiência, todas já tiveram, porém estão há um ano somente nos cargos de gestão e fora da sala de aula.

A partir das respostas apresentadas, percebe-se que as gestoras têm compreensão e conhecimentos técnicos para o exercício da função. Percebe que o tempo na função e também experiências anteriores, contribui para que a busca por melhorias da escola como um todo, seja eficiente. Porém, limita-se a busca de recursos humanos de apoio como monitores e não profissionais com formação especializada para trabalhar com o público em questão. Não obteve-se nas respostas quaisquer menção à busca na secretaria de educação do município por ajuda neste sentido. Quando questionadas sobre como se efetiva o processo de inclusão na escola, a resposta foi apenas “pela matrícula”. E também, a escola não tem uma proposta de metodologia de trabalho específica para alunos com deficiência, mas que estão abertas a receber sugestões.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O debate sobre a inclusão de alunos com deficiência tem sido eixo de pesquisas no âmbito acadêmico. As políticas públicas educacionais e internacionais recomendam a inclusão das pessoas com deficiência em salas regulares. Diante dessas exigências se fazem necessárias pesquisas e estudos que possibilitem uma reflexão sobre as teorias e as práticas utilizadas, desenvolvendo ações que possam promover a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Embora o tempo seja de inclusão, com leis e normas ainda vigora o preconceito, pois o deficiente ainda é visto como incapaz de se desenvolver. Há que ressaltar que o processo de inclusão na instituição analisada é considerado desafiador e caminha em passos lentos. Para que se possa efetivar necessita de romper o tabu da incapacidade dos deficientes, e isso requer compromisso e dedicação das professoras que atuam diretamente com as crianças com deficiência, mas indicam fragilidade e necessitam de intervenções pedagógicas perante a deficiência.

Acredita-se que a grande contribuição da pesquisa é que o tema “inclusão” foi inserido com mais profundidade e despertou o debate entre professoras e gestoras, inclusive sobre análises mais profundas da evolução dos casos de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, já existentes na escola. Mesmo com muitas dificuldades e desafios enfrentados, seja pela falta de recursos ou pelo pouco conhecimento sobre as formas de incluir ou metodologias, a escola vêm alcançando progressos com relação a inclusão.

O assunto carece de maiores investigações, neste caso específico, principalmente em relação à formação de professores, políticas públicas de inclusão e metodologias de inclusão, ficando estas, como sugestão de futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

AMORA, Soares Moura. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva. Ed. 19, 2009.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial: pesquisa e prática**. Curitiba: Ibpex, 2010.

BRASIL, **Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2 ed. atualizada. Secretária de Educação Especial Brasília: MEC/SEESP, 2002. - **Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil**, 1998.  
<http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 20 de abril de 2015.

\_\_\_ . Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2. ed. Atualizada. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

\_\_\_ . Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_ . **Plano Nacional de Educação**. PNE nº 10.172. Brasília: Senado Federal, 2001.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Inclusão Escolar em: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Diva Albuquerque Maciel e Silvine Barbatto. Editora UNB, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP e A, 2003.

FERREIRA, Windyz B. **Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola**. In: FÁVERO; FERREIRA, W.; IRELAND, T; BARREIROS S. D.; (Orgs.) Tornar a Educação Inclusiva. Brasília: Anped, 2009. P. 25-53.

FOREST, Marsha. PEARPOINT, Jack. **Inclusão: um panorama maior**. In. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. "A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

FRELLER, Cintia C., FERRARI, Marian A. de L.D.; SEKKEL, Marie C. **Educação Inclusiva: percursos na educação infantil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GERHARDT, Tatiana E. SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa;** coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, R. OLIVEIRA, E. DA S. G. **Adaptações curriculares. Relatório técnica, projetos Educação Inclusiva no Brasil; Desafios atuais e perspectivas para o futuro.** Banco Mundial, 2003.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GONZAGA, Andréia karla de Souza. **O processo de Inclusão de pessoas com deficiência e a Educação Infantil: Um estudo de caso na Escola de Educação Básica UFPB.** Paraíba, 2010. Dissertação ( Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba.

KELMEN, Celeste Azulay. **O Papel da Família no Desenvolvimento do Ensino Aprendizagem do ANEE,** FE-UNB, 2010.

MALHOTRA, N. K.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M. C.; ALTHEMAN, É.; BORGES, F. M. **Introdução à pesquisa de marketing.** São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér – **Inclusão Social: O que é? Por quê? Como fazer.** São Paulo: Sapiens, 2008.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar.** In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOUSA, Linete O. de. **A inclusão Escolar no contexto da educação infantil.** Revista Científica Aprender. 6ª ed. 2012.

OLIVEIRA, E. da S. G. & GLAT, R. Educação Inclusiva: ensino fundamental para os portadores de necessidades especiais. In: VALLE, B. de B. R., NOBRE, D.; ANDRADE, E. R.; OLIVEIRA, E. G.; BONFIM, M. S.; FARAH NETO, M.; GLAT, R. & ROSA, S. P. Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino fundamental. Curitiba: IESDE, 2003.

**Professora Respondente I.** [set. 2015]. Acadêmica pesquisadora: Maria de Fatima Marques. Palmeira das Missões, 2015. O questionário na íntegra encontra-se em posse da pesquisadora.

**Professora Respondente III.** [set. 2015]. Acadêmica pesquisadora: Maria de Fatima Marques. Palmeira das Missões, 2015. O questionário na íntegra encontra-se em posse da pesquisadora.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão e governamentalidade**. Educação & Sociedade. Campinas. V. 28, n 100, p. 958, out/jan. 2007.

WALLON, Henry. **As Origens do Pensamento na Criança**. São Paulo. Monale, 1986.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman,

## **APÊNCIDE A - QUESTIONÁRIO**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOCIOLOGIA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REGIÃO NORTE DO RS.**

**Maria de Fátima Marques**

#### **PARA PROFESSORAS**

- 1) Trabalha ou trabalhou com crianças com algum tipo de deficiência?
- 2) Se trabalha ou trabalhou, quantas crianças?
- 3) Quais os tipos de deficiência?
- 4) Qual a sua formação para trabalhar com aluno com deficiência, promovendo a inclusão? Se sentia preparado para esse desafio?
- 5) Quais os recursos utilizados para promover o desenvolvimento escolar desse aluno?
- 6) Qual a proposta da instituição para promover a inclusão social desse aluno?
- 7) Em sua opinião qual a importância do contexto familiar para o desenvolvimento da pessoa com deficiência?
- 8) E na sala de aula, quais as dificuldades para a inclusão?

**OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO E CARINHO DE TODOS(AS) NESTE PROCESSO!**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOCIOLOGIA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE  
CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REGIÃO NORTE  
DO RS.**

**Maria de Fátima Marques**

**PARA GESTORAS**

- 1) Qual a importância da gestão no processo de inclusão?
- 2) Como se efetiva o processo de inclusão na escola?
- 3) Como ocorre o processo de interação escola-família?
- 4) Quais as propostas metodológicas para a promoção de alunos com deficiência?
- 5) Qual a sua experiência como gestor(a)

**OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO E CARINHO DE TODOS(AS) NESTE  
PROCESSO!**